

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de agosto de 2020 às 07h43
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

ABPI

Entidades reagem contra projetos de lei que ameaçam direitos autorais de artistas 3

G1 - Globo | BR

Direitos Autorais

Câmara aprova urgência de projeto que isenta órgãos públicos do pagamento de direitos autorais 5

Agência O Globo | BR

Patentes

Apple registra patente relacionada à energia solar e inovação deve aparecer primeiro no Apple Car 7

Entidades reagem contra projetos de lei que ameaçam direitos autorais de artistas



Em meio à pandemia que atingiu em cheio a indústria da música e do entretenimento, com o cancelamento de shows, produções culturais, eventos e festivais zerrando a fonte de renda de milhares de profissionais, a classe artística pode sofrer mais um duro golpe, desta vez vindo do Congresso, informa a **União Brasileira dos Compositores**.

De acordo com a **UBC**, os **Projetos** de Lei PL 3968/1997 e **PL** 3992/2020, que estão previstos para entrar na pauta da **Câmara** dos Deputados em caráter de urgência nesta semana, preveem a isenção do pagamento de **direitos** autorais por órgãos públicos, hotéis e outras entidades.

O rombo na arrecadação de **direitos** autorais para artistas pode ultrapassar R\$ 100 milhões.

Em carta aberta enviada aos **513** deputados federais, um grupo de mais de **30** entidades dos setores **musical**, audiovisual, editorial, bem como entidades de representação de classe, como a **Comissão** Federal de **Direitos** Autorais da Ordem dos Advogados do Brasil, manifestaram discordância sobre a tramitação dos PL's em caráter de urgência.

A categoria reforça que alterações na **Lei** de **Direitos** Autorais só deveriam ocorrer após amplo debate e consulta em tempo hábil às entidades que dependem da regulação de **direitos** autorais. Destacando ainda

que os termos propostos nos PL's são altamente danosos a milhares de artistas, especialmente durante a **pandemia** do coronavírus.

A **UBC** é uma das signatárias da carta endereçada aos parlamentares. Representa de mais de **35** mil associados, entre autores, intérpretes, músicos, editoras e gravadoras, e responsável pela distribuição de cerca de 60% dos **direitos** autorais de execução pública musical no país, a entidade afirma que, caso os projetos de lei acima citados sejam aprovados, o setor poderá ter sofrer um baque de arrecadação superior a R\$ 100 milhões por ano, sendo **R\$** 50 milhões provenientes de hotéis.

Marcelo Castello Branco, diretor-executivo da **UBC**, alerta para a gravidade das mudanças propostas: "Os autores têm o direito de defender seus direitos sem este falso e oportunista clima de urgência. O **direito** autoral é constitucional, reflete acordos internacionais e não pode ser vitimizado justamente pelo setor que mais contribui, que é o do turismo. É uma punhalada nas costas num momento em que ambos setores, o cultural e o de turismo, deveriam, mais do que nunca estar trabalhando juntos numa retomada de atividades", afirma o executivo.

A **UBC** também informou que, para todas as sociedades que compõem o **Ecad** e mais a **ABERT**, **ABPI**, **Ubem**, **Cisac**, **ANJ** e várias outras entidades, "**alterações** na legislação de **direito** autoral não devem ser analisadas de afogadilho, em especial alterações que tenham por finalidade modificar o Capítulo IV - Das limitações aos **direitos** autorais". "alterações na legislação de **direito** autoral não devem ser analisadas de afogadilho, em especial alterações que tenham por finalidade modificar o Capítulo IV - Das limitações aos **direitos** autorais".

Além da carta aberta, a **UBC** se uniu ao **Ecad** e às outras seis associações que representam compositores,

Continuação: Entidades reagem contra projetos de lei que ameaçam direitos autorais de artistas

músicos e demais trabalhadores da cadeia musical: **Abramus** Amar, Assim, Sbacem, Sicam, Socinpro. Juntas, as entidades formam o **Todos** Pela Música, movimento de gestão coletiva em defesa dos direitos dos titulares de **direitos** autorais.

A campanha já ganhou as redes sociais com a **hashtag #JuntosPelaMúsica**.

Artistas como Anitta já se manifestam contra a urgência dos projetos de lei.

: assistir O fenômeno Rosalía: saiba quem é a diva do pop latino

Câmara aprova urgência de projeto que isenta órgãos públicos do pagamento de direitos autorais

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (13), por 350 votos a 19, o requerimento de urgência do projeto que isenta órgãos públicos e entidades filantrópicas do pagamento de **direitos** autorais pelo uso de obras musicais em eventos.

Na prática, a aprovação acelera a tramitação do projeto. Ainda não há, contudo, uma data definida para a votação do texto.

Diversos músicos, entre os quais Gilberto Gil, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Djavan e Paula Fernandes, encabeçam uma campanha contrária à votação da proposta.

Em um vídeo divulgado, os artistas argumentam que os **direitos** autorais são direito intelectual privado do compositor e questionam a pressa do Poder Legislativo em debater o assunto em meio à pandemia do novo coronavírus.

Os **direitos** autorais são pagos ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), que faz o repasse aos autores e compositores.

A proposta chegou a ser incluída no relatório de duas medidas provisórias (MPs), votadas recentemente pela Câmara. No entanto, diante da polêmica sobre o tema, acabou retirada das MPs mediante um acordo para que um projeto de lei fosse votado.

O projeto

O projeto é de 1997, mas, desde então, 58 propostas semelhantes passaram a tramitar em conjunto e ampliam a isenção do pagamento para outros setores, como hotéis.

Caberá ao relator, ainda não designado formalmente, elaborar um texto final para ser votado no plenário da Câmara.

Autor do requerimento de urgência, o deputado Newton Cardoso Junior (MDB-MG) argumentou que o setor hoteleiro está "quebrado" em razão da pandemia e que "será o último a retomar patamares no mínimo aceitáveis".

O deputado Giovani Cherini (PL-RS) foi na mesma linha e defendeu que igrejas também sejam isentas de pagamento. "Realmente, a pandemia pegou os artistas, mas pegou os hotéis também. (...) Sinceramente, é um absurdo uma igreja fazer uma reunião e ter que pagar o Ecad. Qualquer reunião com 10 pessoas tem que pagar Ecad", criticou.

Partidos de oposição como PT, PSOL, PSB, PCdoB, Rede e PV, se posicionaram contrariamente à votação do projeto neste momento. Líder da minoria na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) disse que a isenção do pagamento iria atingir o setor cultural, bastante impactado pela crise.

A deputada e líder da Rede na Câmara, Joenia Wapichana (Rede-RR), disse não ver urgência na votação do projeto. Segundo ela, a proposta pode prejudicar o setor cultural.

"Esses profissionais que vivem desse sistema de **direitos** autorais merecem ser ouvidos e ter os direitos garantidos. Não vejo urgência neste período de pandemia para discutir uma matéria tão complexa e importante também para o setor de cultura", afirmou.

Reação de artistas

A articulação para colocar o projeto em pauta gerou repercussão negativa entre a classe artística. O vídeo com a participação de vários artistas criticando a votação começou a ser compartilhado nos últimos dias nas redes sociais.

"O projeto de lei 3.968 é de 1997. Por que ele seria ur-

Continuação: Câmara aprova urgência de projeto que isenta órgãos públicos do pagamento de direitos autorais

gente? Isso não faz o menor sentido", questionou o cantor Lenine no vídeo.

"O **direito** autoral não se paga com dinheiro público, não se trata de dinheiro público. É um direito privado, um direito do compositor", disse Caetano Veloso, que também participou da campanha.

Também houve reação dos artistas quando, na quarta-feira da semana passada (5), o deputado Ismael Bulhões Junior (MDB-AL), que presidia a sessão, anunciou que o requerimento de urgência seria o primeiro item a ser analisado na sessão seguinte.

O trecho do vídeo em que Bulhões prometia a votação começou a circular nas redes sociais, sendo compartilhado por diversos artistas, entre eles, a can-

tora Anitta.

"Conseguimos com nossa força tirar o assunto de pauta no início da pandemia. Pensaram que tivéssemos dormido e começaram novamente. Estamos atentos e vamos cobrar", escreveu a artista no último dia 6. "Não é só sobre mim, dezenas de famílias vivem dessa forma de sustento. Nossos políticos não podem continuar fazendo manobras de próprio interesse que desvalorizam os artistas (famosos ou não) do nosso país", completou.

A manifestação da cantora fez com que o deputado se justificasse, também por meio das redes sociais, e negasse ser a favor do projeto.

Apple registra patente relacionada à energia solar e inovação deve aparecer primeiro no Apple Car

Energia Alternativa /

A Apple registrou uma nova patente, mostrando que sua busca por inovação vai além da preocupação com o design de suas peças, dedicando-se também ao desenvolvimento sustentável, adotando o uso de energia solar fotovoltaica em seus principais dispositivos.

Há rumores sobre a existência dessa **patente** desde 2013, revelando a intenção de inserir no mercado uma nova linha de iPhone e Apple Watch, ambos equipados com a capacidade de serem recarregados com energia solar. Porém, ao que parece a multinacional norte-americana pode trazer essa tecnologia também no Apple Car, segundo uma publicação do Apple Insider, site especializado em notícias sobre novidades da Apple e seus diversos produtos.

Não é novidade alguma que a empresa se dedica a uma cultura de produção sustentável. Em 2011, a Apple reduziu em 54% a emissão de gases do efeito estufa (CO2) em todas as suas instalações da época. Em 2014, todos os data centers da empresa funcionavam com energia renovável. Por fim, em 2018, a empresa modificou suas fábricas ao redor do mun-

do, para que suas instalações funcionassem com 100% de energia solar. Diante de todas essas mudanças, fornecedores da Apple decidiram seguir o exemplo, comprometendo-se com uma produção que usasse 100% de energia renovável.

Segundo o Portal Solar, no território brasileiro, a energia solar fotovoltaica corresponde a 1,6% de toda a matriz energética, sendo Minas Gerais a principal produtora. Contudo, é uma empresa pernambucana que se destaca na fabricação de baterias para armazenamento de energia gerada pela **fonte** solar, possuindo uma linha específica para essa aplicação, a Moura Solar.

O Grupo Moura já possui reputação quando o assunto é fabricação de baterias de qualidade e, se tratando dessa aplicação, além da qualificação da marca, também é importante escolher uma empresa que se preocupe em aplicar responsabilidade socioambiental em todas as suas etapas de produção. O Grupo Moura afirma seu compromisso com a sustentabilidade por meio de ações tanto tecnológicas, quanto sociais.

Website: <http://mourafacil.com>

Índice remissivo de assuntos

ABPI

3

Direitos Autorais

3, 5

Patentes

7